

Xerox critica timidez de multinacionais

A empresa defende uma atuação mais agressiva, agora, no período pós-Constituinte

RIO — O vice-presidente da Xerox, Gunnar Vikberg, criticou ontem a atuação das multinacionais na Constituinte, derrotadas esta semana em questões que consideram fundamentais: "Faltou coragem para fazermos o que fez a UDR. A timidez das empresas estrangeiras é um traço de sua maneira de agir. Mas isso está mudando no mundo inteiro e mais rapidamente mudará no Brasil". Disse que essas empresas partirão para uma forma de atuar capaz de "encher o Maracanã e o Morumbi" com seus operários "na defesa de interesses comuns".

Com o domínio de 60% do mercado de copiadoras no País, a Xerox sente-se ameaçada, agora, pela concorrência da Sharp, empresa nacional, que terá prioridade na venda ou aluguel dessas máquinas para o governo, quando for promulgada a nova Constituição.

Vikberg, sueco de 60 anos, afirmou que a articulação de um grupo de 20 multinacionais "formado pela unidade de interesses comuns na Nova Constituição" vai ampliar-se para "esclarecer à opinião pública o papel de nossas empresas no Brasil". Ontem, ele já falou a empresas suecas sobre o assunto.

Henrique Sérgio Gregori, presidente da Xerox, concorda com a necessidade de manter a articulação, mas, moderado, acredita que o conjunto dessas empresas prefere a linha seguida até agora, de conversas com deputados, ministros e governadores e que na vinculação com a opinião pública optou por um anúncio publicitário de 10 minutos em cadeia nacional de televisão há cerca de um mês.

A continuação do movimento, que uniu empresas como Shell, Esso, Texaco, Atlantic, White Martins, Dow Química, Brascan, Volkswagen, GM e Westinghouse, vai depender de uma próxima reunião do grupo.



Karla Mourão/AE — 21/2/88

Vikberg: encher o Maracanã e o Morumbi de operários

Shell quer manter o "lobby"

O presidente da Shell Brasil S.A. Petróleo, Robert Broughton, afirmou ontem, em São Paulo, que, apesar de a Constituinte ter mantido os privilégios para as empresas "ditas" de capital nacional, as multinacionais instaladas no País vão continuar seu trabalho de tentar convencer os governantes e deputados de que estão errados. Mesmo que isso se arraste por vários anos.

"Lamentamos muito que não tenha dado resultado o trabalho de esclarecimento que montamos há alguns meses para mostrar aos constituintes de que se mantivessem sua posição poderiam frear a entrada de capital estrangeiro no Brasil", disse Broughton. Conceder todos os privilégios às empresas de capital nacional, no seu entender, alija empresas estrangeiras que pagam os mesmos impostos e empregam mão-de-obra local.

Para o presidente da Shell, o grupo de multinacionais que vinha se reunindo com esse objetivo acha importante insistir numa revisão porque o Brasil tem que acompanhar o processo da progressiva internacionalização da economia de outros países. Broughton não acha, porém, que a decisão da Constituinte vá bloquear todo o investimento estrangeiro no País, porque sempre vai haver quem julgue interessante um mercado com 140 milhões de habitantes. "Mas o Brasil passou a ser menos atrativo do que antes", alertou. Ele confia numa revisão da decisão porque está convencido de que "o bom senso prevalecerá".



Rolando de Freitas/AE-23-11-87

Broughton: "Vamos insistir. O bom senso prevalecerá"

Empresário sugere otimismo

A nova Constituição, apesar de trazer alguns problemas para os empresários, não impedirá o prosseguimento dos investimentos. Esta é a opinião de Paulo Cunha, presidente do Grupo Ultra, que falou ontem ao Estado em São Paulo. "Temos de ser otimistas, caso contrário o Brasil não crescerá e isso seria o suicídio coletivo. Entretanto, é preciso desatar o nó financeiro do déficit público e solucionar a dívida externa brasileira, pois desenvolvimento não se faz com heróis ou sobreviventes", afirmou. Para ele, resolvido o problema das dívidas interna e externa e reduzida a necessidade de caixa para financiar os gastos do governo, o País estará livre "de uma imensa bola de ferro".

De acordo com o empresário, falta ainda a visão de quanto o Estado avançou na economia, e não se trata apenas de examinar o déficit corrente e tentar contê-lo. "Deve surgir um conjunto de medidas como o repasse de grande parte dessas atividades aos estados e municípios; a eliminação do desperdício; a transferência parcial de alguns ativos para o setor privado; e um ajuste fiscal de eliminação de incentivos e subsídios com o simultâneo aumento da carga tributária", explicou Paulo Cunha. No seu entendimento, a

reforma do IR proposta pelo ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda, está na direção certa. "É preciso reduzir as alíquotas e fazer com que um número maior de pessoas e setores paguem imposto".

AURELIANO APÓIA

Em Brasília, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, qualificou de "boa para o País" a decisão da Constituinte de proibir contratos de risco em território nacional. Ressaltou preferir que a matéria pudesse ser dedicada pela legislação ordinária, mas "a decisão — acentuou — não foi danosa para o Brasil".

O ministro lembrou que a participação da Petrobrás em contratos de risco no Exterior não tem apresentado "resultados expressivos" e, portanto, não há o que temer se houver interrupção. "No Iraque descobrimos mas não levamos", disse ele. No Brasil, os contratos de risco também não progrediram satisfatoriamente, lembrando o caso da ilha de Marajó: "Na ocasião do anúncio, fui cauteloso. Reconheço agora que deveria ter sido ainda mais cauteloso". Aureliano reconheceu, entretanto, que há boas perspectivas de gás em Santos, também explorado por contrato de risco.

DINIZ CONTESTA

Já o empresário Abílio Diniz, do Grupo Pão de Açúcar, criticou ontem, na Capital Federal, a decisão da Constituinte de dar tratamento preferencial às empresas brasileiras de capital nacional nas compras de bens e serviços por parte do poder público. Para Diniz, que foi a Brasília participar de uma reunião do Conselho Monetário Nacional, a medida provocará a inibição dos investimentos estrangeiros no País, além de não proporcionar incentivos às próprias empresas nacionais.

"Acho isso tudo muito mau porque enquanto o mundo todo caminha para a integração entre os países, nós, brasileiros, preferimos andar na contramão da história, fechando o mercado interno", afirmou. Ele advertiu que, sem estímulos, o setor mais prejudicado será o das pesquisas tecnológicas "que nos permite acompanhar o que acontece a nível mundial".

A posição de Diniz recebeu o apoio do banqueiro Pedro Conde, do Banco de Crédito Nacional (BCN). "É um retrocesso", disse ele. "No momento em que até países comunistas e socialistas estão abrindo suas fronteiras, nós, no Brasil, resolvemos fechá-las."